



Comunicação COVID19
Ponto de situação 8 de junho

Casos Confirmados

34.885 CASOS DE COVID-19

MAIS 192 CASOS DO QUE ONTEM

NÚMERO DE INFETADOS SUBIU 0,55%

Óbitos

1.485 VÍTIMAS MORTAIS

MAIS 6 VÍTIMAS MORTAIS (+ 0,40%)

NORTE-807

CENTRO-244

LISBOA E VALE DO TEJO-403

ALENTEJO-1

ALGARVE-15

AÇORES-15

MADEIRA-0

Outros dados

21.156 CASOS DE RECUPERAÇÃO

1.603 AGUARDAM RESULTADOS

339.624 CASOS SUSPEITOS DESDE 1 DE JAN.

366 INTERNADOS (1,04%) / 55 UCI (0,15%)

Seg. 8 junho

Portugal. Volume de negócios na indústria cai 33% devido à Covid-19.

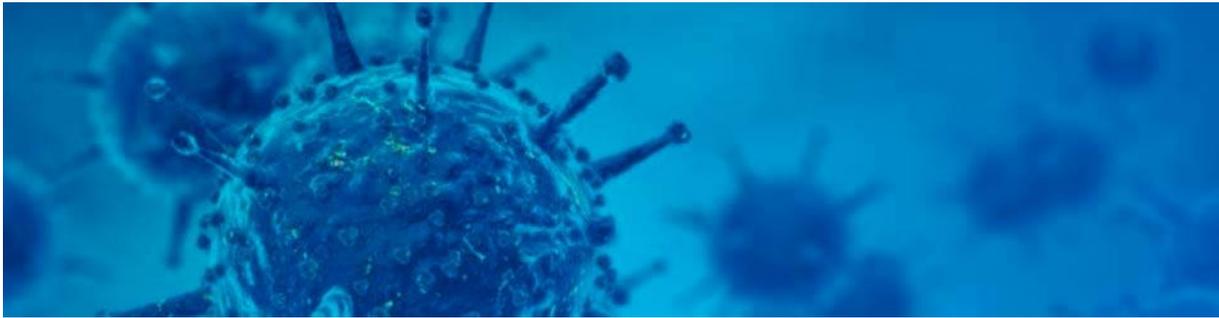
Número de infetados no mundo ultrapassa os sete milhões.

A Europa é o continente mais afetado e os Estados Unidos é o país mais atingido pela pandemia.

Mês de maio foi o mais quente dos últimos 89 anos, igualando maio de 2011

Produção industrial alemã sofre em abril a maior queda em 30 anos.

Brexit. Negociações entre União Europeia e Reino Unido “continuam limitadas”



MANCHETES, DESTAQUES E PRIMEIRAS PÁGINAS DA IMPRENSA



(Edição) Regressa a regra de uma entrada por cada saída na função pública.

Governo acaba com regra que previa que só entrasse um funcionário quando saíssem dois. Apoio para trabalhadores desprotegidos será de 438,81 euros/mês. Médicos criticam medidas para o SNS. Pandemia. Infarmed preocupado com generalização do uso de testes de anticorpos. Desp. Aves já pagou 1.5 milhões por centro de estágios por concretizar. Governo muda estratégia em Lisboa para a covid-19. Os Açores ganharam um turista. Marcelo volta em agosto. “Donald Trump usa os antifa como um papão”, Mark Bray. Pinto da Costa reeleito no FC Porto com 68% dos votos. **(Online)**- Plásticos: e se a reciclagem não estiver a resolver o problema? PCP sem “ilusões” quanto ao PEES, mas regista “aproximações”. Primeiro-ministro espanhol confiante em acordo com Portugal para abrir fronteiras terrestres. Covid-19: comício do PCP em Lisboa com lugares marcados e vista para o Tejo. Milhares saem à rua contra e a favor de Bolsonaro. Marcelo foi aos Açores pedir equilíbrio entre saúde e economia na “construção do futuro” do país. Petição defende abolição do Chega por fascismo. Supremo Tribunal espanhol vai investigar papel do ex-rei Juan Carlos na concessão do TGV de Meca.



(Edição Digital) Mais de 5 mil milhões para pôr a economia portuguesa de pé. Muito vem da Europa. “Estamos Juntos”, “Somos 70%” e “Basta”.

Sociedade civil organiza-se contra Bolsonaro. Máscaras e distância social. PCP volta aos comícios a alertar contra “bazuca” europeia. Vespa asiática. Já foram destruídos mais de 1100 ninhos este ano em Portugal. Miguel Lacerda “O tonto e frito da cabeça” que alerta para o lixo dos oceanos desde 1981. Músicos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau cantam Amílcar Cabral. **(Online) "Dever dinheiro a alguém é**

um fator de risco para a saúde mental". A pandemia de covid-19, o confinamento, a crise económica. Afinal, o que terá mais impacto na saúde mental dos portugueses? Entrevista ao DN, Miguel Xavier, diretor do Programa Nacional para a Saúde Mental. Sánchez quer acordo com o "amigo" Costa para abrir fronteiras terrestres. Colin Powell anuncia apoio a Joe Biden nas presidenciais norte-americanas.



Para conselho estratégico. Vieira quer Medina no Benfica. Convite para as eleições de outubro no clube. Líder encarnado segue Pinto da Costa que integrou Rui Moreira no Conselho Superior do FC Porto. Cúmplice

português de suspeito alemão sem castigo. Novo layoff entrega 713 milhões às empresas. Risco de peste suína nos javalis. Manifestação sem distanciamento físico. Médicos indignados com perigo para a saúde pública. Justiça. Estado perde 108 mil euros por queixas de reclusos. Ministro das Finanças. Centeno revela futuro esta semana. Fronteira. Seis procurados caçados pelo SEF.



Rendas de casa caem 20% a nível nacional. Empresas do setor acreditam que tendência se acentuará até ao final de 2021. Preços dos imóveis para venda também começaram a descer durante a

pandemia. "Tudo pelo FC Porto". Pinto da Costa arrasa concorrência, agradece aos adeptos e pede união rumo às batalhas do 15º mandato. Governo duplica apoio alimentar a famílias carenciadas. Bolsonaro. Brasil dividido saiu à rua. Benfica. Filipe Vieira já emprestou 296 jogadores desde que é presidente. Saúde - Morreu na urgência após seis horas de espera por um médico. Maddie. Suspeito alemão disse que a menina está morta.



(Edição) Manifestações. Como o PCP fez o que a manif contra o racismo não conseguiu. Ontem, o Partido Comunista juntou

militantes que respeitaram as distâncias sanitárias. Médicos dão dicas para manifestantes evitarem riscos. Pousadas da Juventude deram nova vida a pessoas sem-abrigo e até a pintor. Governo quer obrigar bancos a pagar Segurança Social. Desemprego. Centenas de milhares desaparecem das listas. Pandemia. BE cancela

acampamento Liberdade e Fórum Socialismo. Época Balnear. As aplicações que pode usar para saber tudo sobre as praias. Férias. Arrendar casa pode ser um bom negócio, mas cuidado com as burlas. Noite. Empresários de Lisboa e Porto vestem-se de branco e protestam hoje.



(Edição) Prejuízos evitam aumento da tributação autónoma. Hélder Rosalino: "Banca tem incentivos para conceder créditos a taxas mais baixas". Covid deixa rácios do Novo Banco perto do nível limite. Investidor privado. Os apoios para viver, trabalhar e investir no Interior. Política monetária. Dinheiro do BCE favorece mais as grandes economias. Coronavírus. Reabertura noutros países também provocou surtos. EDP. Mexia e Manso Neto arriscam suspensão do mandato. **(Online)** Governo aprova despesa para compensação à CP enquanto espera pelo TdC. Marques Mendes: PEES "parece mais um power point que um programa estruturado e sólido". AstraZeneca aponta à Gilead para mega-fusão de farmacêuticas. Covid-19: Fiscalização na construção civil vai ser reforçada. Hélder Rosalino: "Incentivos que banca tem é para conceder crédito a taxas mais baixas". Políticos de oito países criam aliança para fazer frente à China. Um grupo de políticos de oito democracias, incluindo os Estados Unidos, criou uma aliança para ajudar a combater o que consideram a ameaça que a crescente influência da China representa para o comércio global, segurança e direitos humanos. Reabertura noutros países gerou surtos localizados. "Risco real" de Mexia ser afastado pode "distrair" EDP. Ações caem.



(Online)- Governo dá bónus a quem esteve em lay-off. Chama-se complemento de estabilização e permite compensar a perda de rendimento de quem esteve em lay-off simplificado. Veja as simulações da Deloitte para saber quanto irá receber em julho. Governo muda prazos de dedução dos prejuízos fiscais por causa da crise da Covid-19. É uma alteração relevante para as empresas. No Programa de Estabilização, o Governo muda os prazos de reporte dos prejuízos fiscais, bem como o limite de dedução de 70% aplicado ao

lucro tributável. BE viabiliza Orçamento Suplementar caso avanços negociados se concretizem. Três “grandes” também jogam no negócio das máscaras.



(Online) Infarmed volta a discutir Covid-19 com os olhos postos na Área Metropolitana de Lisboa. Função Pública: Fim da regra de “dois por um” na contratação de novos funcionários. Marques

Mendes: “PEES não tem rumo”, é apenas um exercício “para agradar a todos”. Teletrabalho cria maior vulnerabilidade a ameaças cibernéticas. PCP quer reforço do financiamento do SNS em 25%. NATO quer intensificar presença no Médio Oriente. Afinal grandes empresas estão isentas em 50% do pagamento da taxa à Segurança Social até outubro. FNAM diz que pandemia expôs subfinanciamento crónico do SNS. Presidente da Câmara do Funchal diz não aceitar lições de gestão de quem deixou cidade na bancarrota.



(Online) Coronavírus. Moratórias dos bancos vão abranger emigrantes. Rendas: Perdão para empréstimos a famílias em dificuldade. Concorrência quer que Banca dê crédito sem exigir conta. Apoio social à Cultura vai ter 34,3 milhões. PCP cético com

Programa de Estabilização, mas regista “aproximações”. Governo quer alterar limites ao endividamento dos municípios. Algarve acredita que portugueses vão salvar o verão. WinePT é o novo investimento da C2 Capital Partners.



(Online) IL: “Somos a oposição ideológica ao socialismo”. Tornou-se presidente do IL há seis meses, já era deputado. Sem experiência política, superou o desafio do Orçamento de Estado e

da Covid-19. Já tem estratégia para a rentrée e não quer “unanimismos”. 13.925 dias de Pinto da Costa, do Apito a dois Zés. Infarmed alerta para uso de testes serológicos. Volta contratação de 1 funcionário por cada saída. Uma lição sobre política nas ruas do

pós-Covid ou como o PCP aprendeu com o 1.º de maio. Polícias apresentam queixa por mensagens de ódio. PS reúne-se a 4 de julho para relançar congresso. Marcelo apela à defesa e conservação dos oceanos.



(Online) “Los Angeles a ferro e fogo”: Bruno Vieira Amaral recorda os protestos de 1992. Polícia acusado de morte por asfixia de George Floyd vai esta segunda-feira a tribunal. Esta é a armada Bolsonaro. Em plena pandemia, é a democracia que está em causa. Viatura proveniente

de Espanha tenta atropelar SEF e GNR na fronteira de Chaves. Ocupantes em fuga. Banca apanhada de surpresa com contribuição de solidariedade por causa da pandemia. Presidente da Câmara de Viseu diz que os 8 milhões de euros para o IP3 "já existiam". “Ele mente o tempo todo”. Notáveis do Partido Republicano não apoiam Trump nas presidenciais. No primeiro comício da era Covid, Jerónimo critica plano do Governo. Covid-19: PR confia "muito" nas regras das autoridades para as manifestações. Covid-19. Governo alarga idade limite para tratamentos de infertilidade. Ansiedade, inércia, insónias. Os estudantes universitários estão a procurar ajuda. Seguranças tentam despejar voluntários de centro de apoio a carenciados em Lisboa. Detidos mais três suspeitos da morte do estudante cabo-verdiano Giovanni Rodrigues.



(Online) Especialistas e políticos voltam a reunir-se esta segunda-feira. “Polícia bom é polícia morto”. Sindicato de polícias vai apresentar queixa devido a mensagens que incentivam ao ódio.

Estudo revela que norte-americanos estão a gargarejar com lixívia e a ingerir produtos de limpeza para conter covid-19. Pinto da Costa destaca "resposta extraordinária" a quem "levantou suspeitas" sobre "seriedade" das eleições. Pode ir a banhos... mas as regras são claras.



(Online)- Lisboa na agenda de 8.ª reunião. Dados diferentes no Brasil. Especialistas, políticos e parceiros sociais reúnem-se hoje, no Infarmed,

em Lisboa, para analisar a situação epidemiológica da covid-19 em Portugal, numa altura em que Lisboa e Vale do Tejo regista muitos casos.

SÁBADO

(Online) Marcas financiam sem saberem sites de fake news e de extrema-direita. Jihadistas portugueses vão ser julgados em Lisboa. Infarmed descarta "uso generalizado" de testes serológicos da Covid-19. Costa e Silva: "Queriam que assinasse uma declaração a dizer que era da CIA". Máscaras e lugares marcados. PCP realiza o primeiro comício após confinamento. Portugal não registava tão poucas mortes por Covid-19 desde 22 de março. A história dos Antifa: o novo inimigo n.º1 da América. Novo tratamento mostra sinais positivos em casos graves da Covid-19. O medicamento Calquence, originalmente utilizado para tratar adultos com um tipo de linfoma não-Hodgkin, mostrou resultados em pacientes hospitalizados da Covid-19. Quase metade dos portugueses têm medo que desapareça o bacalhau.

VISÃO

(Online) Covid-19: O que precisamos saber para navegar na enchente de estudos científicos em tempos de pandemia. Telescola: Quem são as novas estrelas da TV. "O desafio de preparar o Orçamento do Estado para 2021 vai ser enorme. E não acredito que seja possível fazer uma equipa de Finanças tão boa como a que vai sair", Paulo Trigo Pereira. Manifestações anti-racistas na Europa marcadas por detenções e feridos. Inquérito Nova SBE/VISÃO: Mais de metade dos portugueses pretende deixar de usar transportes públicos. Singapura quer que todos os habitantes usem wearable que rastreia Covid-19.



ASPP apresenta queixa - A Associação Sindical dos Profissionais de Polícia vai apresentar queixa no Ministério Público, contra alguns dos manifestantes que exibiram mensagens de ódio contra a polícia nos protestos antirracistas de sábado passado. Denúncias de sub-financiamento dos Politécnicos - O PSD desconfia que as transferências feitas pelo Governo para os

Politécnicos, não estão a cumprir as regras aprovadas no Parlamento. Depois de denúncias de sub-financiamento feitas por várias instituições, o deputado Duarte Marques decidiu formalizar um conjunto de três perguntas. Dia Mundial dos Oceanos. Catorze chefes de Estado e de Governo subscrevem hoje, no Dia Mundial dos Oceanos, um apelo ao mundo para que se comprometa com a defesa dos mares. Os primeiros-ministros do Canadá, do Japão, da Noruega e também de Portugal e ainda os presidentes do Chile e do México, são apenas alguns dos líderes mundiais que integram o painel de alto nível para uma economia sustentável dos oceanos. Governo vai perdoar os empréstimos das rendas que foram feitos durante a pandemia. Pinto da Costa foi reeleito presidente do Futebol Clube do Porto. "Tentativa de desviar atenções". Benfica garante legalidade de contratos. As águias asseguram que os contratos para a transferência de jogadores celebrados com o Desportivo das Aves cumprem todas as regras. Garantem ainda as cláusulas previstas são prática recorrente por outros clubes na I Liga, mas também nos principais campeonatos europeus.



Reunião entre o Primeiro Ministro e o Presidente da República - O Presidente da República e o primeiro-ministro vão estar de novo juntos esta manhã para mais uma reunião no Infarmed com especialistas, numa altura em que Lisboa e Vale do Tejo continua a registar maior número de óbitos e de casos de infeção diários por COVID-19, é um encontro que acontece na véspera do Conselho de Ministros que irá decidir se se mantém ou não as restrições na Área Metropolitana de Lisboa. Programa de Estabilização Económica - Função Pública - Regressa regra de uma entrada por cada saída na função pública, o programa de estabilização económica e social elimina a norma que previa que só entrasse um funcionário público quando saíssem dois, dando assim resposta a uma reivindicação dos Sindicatos dos trabalhadores do Estado com quem de resto o Governo se reúne durante esta manhã. Três pessoas entraram ilegalmente na fronteira de Chaves - Professores querem que o Governo pague os gastos com o teletrabalho. PSD acusa Governo de estar em falta com o ensino superior. Mudanças na polícia de Minneapolis. Minneapolis prepara-se para dismantelar o Departamento de Polícia da

cidade. Pinto da Costa reeleito no FC Porto. Marchas populares deixam fatos e músicas na gaveta. “Para o ano cá estaremos em força”. Futuro de Pedro Proença em cima da mesa. Hoje há assembleia da Liga.



Reforço da contratação na Função Pública. ASPP apresenta queixa.

Homem de 42 anos morreu à espera de ser atendido no Hospital de Leiria. PSD acusa o Governo de não honrar os compromissos. Manifestações no Brasil. Dia Mundial dos Oceanos. A Quercus denuncia que milhares de máscaras e luvas descartáveis, acabam por ir parar ao mar. Metropolitano de Lisboa. Nos últimos dois meses, o Metro de Lisboa registou uma quebra de 81% no número de passageiros. A Antena 1 fez a viagem na Linha Azul, entre as estações da Reboleira e de São Sebastião.



A PANDEMIA NA EUROPA E NO MUNDO

- ❑ **Número de infetados no MUNDO ultrapassa os sete milhões.**
- ❑ **ESPAÑA** regista novamente uma morte em 24 horas. O número total de mortes, de acordo com os dados do ministério, é agora de 27.136. Destes, 72 morreram na última semana.
- ❑ **ITÁLIA** anuncia mais 53 óbitos e 197 novos casos nas últimas 24 horas.
- ❑ **FRANÇA** regista 13 mortes, número mais baixo desde início do confinamento. Até ao hoje morreram em França 29.155 pessoas.
- ❑ **ALEMANHA** regista 301 novos casos e 22 mortes nas últimas 24 horas.
- ❑ **REINO UNIDO** com 40.465 mortos, para 284.868 casos positivos. Reino Unido impõe quarentena de 14 dias para quem entre no país.
- ❑ **BÉLGICA** com menos 32 casos e quatro mortes nas últimas 24 horas.
- ❑ **ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA** registam 691 mortos nas últimas 24 horas, elevando o total para 110.482 mil óbitos.
- ❑ **GOVERNO BRASILEIRO** divulga dados diferentes sobre casos e mortes nas últimas 24 horas. Ministério da Saúde acréscimo de 1.382 óbitos nas últimas 24 horas para um total de 37.312 mortes. Site oficial do Governo brasileiro: 525 mortes nas últimas 24.
- ❑ **ÁFRICA** Número de mortos em África sobe para 5.175 em mais de 189 mil casos.
- ❑ **CHINA** deteta quatro casos nas últimas 24 horas.
- ❑ **RÚSSIA** com mais 134 mortos e quase 9.000 infetados.
- ❑ **ÍNDIA** com quase 10.000 novos casos na véspera de reabrir espaços públicos.
- ❑ **PAQUISTÃO** ultrapassa 100 mil casos de infeção e 2000 mortes.



FRASES DO DIA

- **“Pude acompanhar o percurso dos açorianos. Até este momento, que é um momento feliz para todos, por não haver nenhum caso ativo, uma situação muito rara na Europa e no mundo”,** Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República.
- **“O plástico é uma grande inovação tecnológica, tem uma importância enorme na vida e economia do planeta, foi mal governado e hoje vai gastar-se muito dinheiro para o retirar do mar, porque o impacto é muito grande e traz impactos económicos muito grandes”,** Ricardo Serrão Santos, Ministro do Mar.
- **“Qual será o critério para o Governo permitir ajuntamentos? Funerais, futebol, missas, discotecas, desporto em geral, não! Comícios e manifestações de esquerda, sim! Esperemos que o vírus entenda aquilo que mais ninguém consegue entender.”,** Rui Rio, Presidente do PSD.
- **A negação é a estratégia que eles adotam, negando os crimes que foram praticados durante a presidência do PT, durante o período em que o partido tinha o controlo sobre a [petrolífera estatal] Petrobras junto dos seus aliados, é mais ou menos equivalente à postura do Presidente da República, que nega a existência de uma pandemia no momento atual”,** Sérgio Moro, ex-Ministro da Justiça do Brasil.
- **“Se classificar os Antifa como terroristas, Trump lança uma sombra sobre toda a esquerda radical”,** Mark Bray, autor do livro Antifa: The Anti-Fascist Handbook.
- **“A verdade é que os jovens de todo o mundo mais facilmente estão a par do que se passa do outro lado do mundo do que à porta de casa – dependendo do canal que lhes traz a notícia. E é isso que ajuda a explicar como movimentos nascidos na Suécia ou nos EUA, do combate às alterações climáticas até ao combate contra o racismo estrutural, se globalizaram com tanta força. Só quem andou a proclamar que toda a política é local terá dificuldade em entender o**

fenómeno, e a perceber como ele vai já transformando o mundo.”, Rui Tavares, Historiador.

- **“Um país de vidas seguras. A pandemia ensinou-nos que os bens essenciais do país são o trabalho e os serviços públicos. É neles que temos que investir como pilares da segurança de todos.”**, Marisa Matias, Deputada do BE no Parlamento Europeu.
- **“Precisamos de um acordo para os oceanos como Acordo de Paris para o clima”**, Tiago Pitta e Cunha, Jurista especializado em assuntos do mar, presidente executivo da Fundação Oceano Azul.
- **“O programa do PSD tem como foco principal as empresas e o investimento privado, enquanto a atuação do governo tem privilegiado, mais uma vez, o Estado, a máquina pública e o investimento público.”**, Joaquim Miranda Sarmiento, Professor Universitário. Presidente do Conselho Estratégico Nacional do PSD.
- **“O primeiro-ministro disse na Assembleia da República que a crise vai ser muito séria e apresenta um plano que é uma aspirina, não é sequer um anti-inflamatório, nem, com toda a certeza, um antibiótico”**, Marques Mendes, Comentador.
- **“Primeiro, foram os anúncios do Governo, agora já se conhece em detalhe o Plano de Estabilização Económica e Social, o chamado PEES, e as estimativas para a recessão económica deste ano e o que se antecipa para 2021. E a primeira conclusão que se pode retirar é que a recuperação económica será em V..., mas com uma perna do V coxa. Uma recessão de 6,9% em 2020 e um crescimento de 4,3% em 2021, portanto, só a partir de 2022, na melhor das hipóteses será possível regressar aos níveis de 2019”**, António Costa, Publisher do ECO.
- **“Qualquer taxa de solidariedade, a ser necessária, não deveria incidir precisamente sobre o setor que, quer no presente, onde vem apoiando decisivamente famílias e empresas, mas essencialmente no futuro, tem um papel determinante na recuperação da atividade económica”**, Faria de Oliveira, Presidente da Associação Portuguesa de Bancos.

...TRAYVON MARTIN. YVETTE SMITH. ERIC GARNER. MICHAEL BROWN. LAQUAN MCDONALD. TANISHA ANDERSON. AKAI GURLEY. TAMIR

JUNE 15, 2020



BAILEY. STEPHON CLARK. DANNY RAY THOMAS. ANTWON ROSE. BOTHAM JEAN. ATATIANA JEFFERSON. MICHAEL DEAN. AHMAUD ARBERY. BREONNA TAYLOR. GEORGE FLOYD ...

RICE. JERAME REID. NATASHA MCKENNA. ERIC HARRIS. WALTER SCOTT. FREDIE GRAY. WILLIAM CHAPMAN. SANDRA BLAND. DARRIUS STEWART. SAMUEL DUBOSE. JANET WILSON.

CALIN ROQUEMORE. ALTON STERLING. PHILANDO CASTLE. JOSEPH MANN. TERENCE CRUTCHER. CHAD ROBERTSON. JORDAN EDWARDS. AARON



ARTIGOS SELECIONADOS

ORÇAMENTO SUPLEMENTAR

AS 14 MEDIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS

O Programa de Estabilização Económica e Social tem um conjunto de medidas que tem como destino prioritário as empresas que sofreram mais danos com os efeitos da pandemia covid-19. Veja as principais.

1- Teto mais alto para deduzir prejuízos

As empresas vão contar com um teto mais alto para deduzir os prejuízos fiscais de 2020 e 2021 quando, passados os efeitos económicos mais severos desencadeados pela pandemia, voltarem a registar lucros. Das grandes às pequenas, das médias às micro, todas as empresas vão poder beneficiar desta medida excepcional prevista no Programa de Estabilização Económica e Social que o Governo apresentou na última semana, publicado em Diário da República no fim-de-semana.

Atualmente, as empresas podem deduzir prejuízos fiscais num valor equivalente até 70% do lucro tributável em cada um dos períodos de tributação seguintes (nos cinco ou 12 anos posteriores, consoante os casos). Agora, excepcionalmente, se estiverem em causa os prejuízos fiscais deste ano e do próximo, o teto será de 80% (e não de 70%) se essa diferença de dez pontos percentuais se referir aos prejuízos dos dois anos.

O Governo também decidiu estender o prazo de reporte. As empresas que neste momento podem deduzir os montantes nos cinco anos seguintes terão o dobro do tempo, porque o prazo de reporte relativo aos prejuízos fiscais de 2020 e 2021 será de dez anos.

2 - Ajustar tributações autónomas

A nível fiscal, o Programa de Estabilização prevê igualmente que seja “desconsiderado” o agravamento das tributações autónomas “devidas pelas empresas com lucros em anos anteriores e que apresentam prejuízo fiscal no ano de 2020”.

Como reclamavam representantes das empresas, haverá ainda uma isenção parcial ou total dos pagamentos por conta devidos pelas empresas em IRC em 2020.

As empresas que registem uma quebra na faturação superior a 20% nos primeiros seis meses do ano beneficiarão de uma “limitação do pagamento até 50%”. Se a redução for superior a 40% ou se as empresas forem do sector de alojamento e restauração, não poderão beneficiar de uma isenção total (há uma “limitação do pagamento até 100%”).

3 - Incentivar concentrações

Para incentivar concentrações e compras de PME, o Governo decidiu que nas concentrações que se realizarem este ano, será desconsiderado “o limite de utilização dos prejuízos fiscais pela sociedade incorporante (por referência ao património das sociedades envolvidas na operação), com a regra de não distribuição de lucros, durante três anos, dispensando, durante o mesmo período, a aplicação de derrama estadual (quando aplicável)”.

O programa também prevê que seja possível passar “prejuízos fiscais nas aquisições de participações sociais de PME que, em 2020, tenham passado a ser consideradas ‘empresas em dificuldades’, para utilização destes prejuízos fiscais pela sociedade adquirente, com a regra de não distribuição de lucros e o compromisso de manutenção dos postos de trabalho durante três anos.”

4 - Crédito fiscal ao investimento

A pensar na reanimação da economia, as empresas que realizarem despesas de investimento na segunda metade deste ano e na primeira do próximo ano, poderão contar com um Crédito Fiscal Extraordinário de Investimento na linha do que foi lançado durante os anos da troika. Poderão deduzir à coleta do IRC 20% desses valores (até um limite de cinco milhões de euros) durante um período máximo de cinco anos. Para isso terão de manter postos de trabalho durante o período em que usam o crédito fiscal, havendo um período mínimo de três anos para essa manutenção dos empregos.

5 - Apoio às microempresas do turismo a “fundo perdido”

As microempresas do turismo vão receber um reforço de 40 milhões de euros, com a linha de apoio em vigor a subir dos 60 para os 100 milhões de euros, de acordo com o Plano de Estabilização publicado em Diário da República. No documento, o executivo diz ainda que, além da extensão deste apoio, haverá uma “conversão parcial em fundo

perdido do mesmo”. Nada é dito, para já, sobre os valores em causa e a forma como isso será feito.

A linha atualmente em vigor tem 40,8 milhões de euros de financiamentos aprovados. Este apoio não tem juros, e corresponde 750 euros mensais “por cada posto de trabalho existente na empresa a 29 de fevereiro de 2020”, com um máximo de três meses e até ao máximo de vinte mil euros. O reembolso é a três anos, com carência de um ano.

6 - Facilitar compra e venda de PME

No diploma, o Governo avança ainda que vai ser criando um “programa facilitador da compra e venda de empresas”, batizado de “bolsa de valor”. A falta de um mercado para compra e venda de empresas, diz o executivo, “é uma falha de mercado que afeta as empresas de menor dimensão”, esta nova plataforma deverá facilitar “a compra e venda de empresas, promovendo o encontro das diferentes partes e assegurando informação transparente, estandardizada e soluções de financiamento”. Nada é dito em termos de datas para a sua concretização.

7 - Revisão do modelo de linhas de crédito

O Governo afirma que o reforço dos 6,2 mil milhões para 13 mil milhões de garantias públicas para o financiamento das empresas vai contar também com a revisão do “modelo de distribuição das linhas de crédito com garantia pública”. Isto, diz o executivo no diploma do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) publicado em Diário da República, “por forma a assegurar a mais célere disponibilização de fundos às empresas”.

A burocracia e o tempo de espera entre o pedido das empresas e o recebimento das verbas em causa têm sido uma das críticas das associações patronais. Não há referências, no entanto, ao modo como será feita essa revisão do atual modelo de análise e distribuição do dinheiro, que envolve os bancos a operar no mercado nacional. Sobre os novos 6,8 mil milhões de euros, cujo reforço será feito até “ao final do ano”, o executivo fala do lançamento de linhas de crédito com garantia pública “com dotação global até mil milhões de euros destinadas a financiamentos até cinquenta mil euros de micro e pequenas empresas de todos os sectores de atividade.

8 - Agilizar negociação entre empresas em dificuldades e credores

O Governo quer criar um processo extraordinário de viabilização de empresas, de carácter excecional e temporário, desde que as firmas demonstrem que ainda são suscetíveis de viabilização, segundo o Programa de Estabilização Económica e Social, que propõe “a criação de um novo processo extraordinário de viabilização de empresa (PEVE), de carácter excecional e temporário”.

Este processo, lê-se no documento, “pode ser utilizado por qualquer empresa que, não tendo pendente um processo especial de revitalização, se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente ou atual em decorrência da crise económica provocada pela pandemia da doença covid-19, desde que a empresa demonstre que ainda é suscetível de viabilização”. Este processo, “que visa a homologação judicial de um acordo alcançado extrajudicialmente entre a empresa e os seus credores, tem carácter urgente, assumindo prioridade sobre a tramitação e julgamento de processos de natureza congénere”, prossegue o Governo.

No documento, o executivo propõe também a obrigatoriedade da realização de rateios parciais em todos os processos de insolvência pendentes em que haja produto de liquidação igual ou superior a 10.000 euros, cuja titularidade não seja controvertida.

9 - Apoios ao emprego na retoma vão custar 1300 milhões

O novo regime de apoios ao emprego que visa substituir o layoff simplificado é composto por um conjunto de três medidas que podem custar 1300 milhões de euros, financiamentos pelo Orçamento de Estado e por fundos europeus reforçados para combater os efeitos económicos da pandemia de covid-19.

O apoio à retoma progressiva – a medida com um custo estimado maior, de 713 milhões de euros -, substituiu o layoff simplificado e tem como pressupostos “a progressiva convergência da retribuição do trabalhador para os 100 % do seu salário; o pagamento pela empresa da totalidade das horas trabalhadas; a progressiva redução da isenção das contribuições para a Segurança Social e a compensação da perda de receita da segurança social pelo Orçamento do Estado”. Na prática, as empresas que tenham perda de atividade de 40%, podem reduzir horas até um máximo de 50% até setembro e até 40% depois de outubro. O trabalhador recebe a 100% as horas que trabalha, que serão pagas pela empresa, e o Estado paga 70% do número de horas que não trabalha devido à redução da atividade.

Em paralelo, as empresas terão ainda ao seu dispor dois outros incentivos à normalização da atividade empresarial, desde que “tenham beneficiado do regime de layoff simplificado ou do plano extraordinário de formação (PEF) e desde que não tenham acedido ao mecanismo de apoio à retoma progressiva”

Assim o apoio “one-off” (para usar apenas uma vez) no valor de salário mínimo por posto de trabalho que tenha estado em layoff ao abrigo do regime simplificado. O Governo estima que este auxílio custe 169 milhões de euros.

Em alternativa, terá o apoio ao longo de seis meses, no valor de dois salários mínimos nacionais por trabalhador (pagos em duas ou três tranches ao longo de seis meses), e com a redução de 50 % de contribuições para a Segurança Social nos primeiros três meses. Esta medida poderá custar 434 milhões de euros.

10 - Teletrabalho no interior terá apoio mensal de 219 euros por pessoa

No documento que formaliza o Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), publicado este fim-de-semana em Diário da República, é criado um apoio à contratação em regime de teletrabalho, no âmbito do já existente Programa + CO3SO Emprego. Assim, o Governo define um incentivo no valor de metade (219,4 euros) de um IAS - Indexante de Apoios Sociais (438,8 euros) para as empresas do litoral que criem postos de trabalho no interior, mas desde que seja em teletrabalho. Um apoio que pode durar 36 meses. A medida tem um orçamento de 20 milhões de euros.

Trata-se, portanto, de um “sistema especial de apoio à contratação no âmbito dos custos diretos associados aos postos de trabalho criados, nomeadamente os encargos com remunerações, acrescidas das respetivas despesas contributivas a cargo da entidade empregadora, num período máximo de 36 meses”. Esta iniciativa permite “a empresas do litoral receber mais 0,5 IAS (Indexante de Apoios Sociais), por posto de trabalho, por cada mês de apoio, independentemente do número de postos de trabalho criados, sempre que os postos de trabalho sejam criados num território do Interior em regime de teletrabalho”.

11- Banco de Fomento direcionado para o retalho

O Governo está em negociações com Bruxelas para acertar os detalhes da criação do Banco de Fomento, com objetivo, de fundir a SPGM (que reúne as sociedades de

garantia mútua), a PME Investimento e a Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD).

Esta entidade, afirmou António Costa na quinta-feira, deverá estar formada “nos próximos meses”, a pensar no dinheiro que virá de Bruxelas para relançar as economias europeias. Falando da existência de um “acordo prévio” para a criação desta instituição, a estratégia (num projeto que não é de agora) passa por conseguir autorização para que o financiamento possa ser feito diretamente às empresas, atuando ao nível do retalho e não apenas como grossista, em articulação com o Banco Europeu de Investimento (BEI).

Banca com nova taxa para financiar “almofada” das pensões

No Programa de Estabilização Económica e Social, o Governo prevê a criação de uma nova taxa para o sector bancário com vista a reforçar a almofada da Segurança Social no valor de 33 milhões de euros.

O documento, publicado este fim-de-semana em Diário da República, dá conta da criação de um “adicional de solidariedade sobre o sector bancário, no valor de 0,02 pp [pontos percentuais], cuja receita é adstrita a contribuir para suportar os custos da resposta pública à atual crise, através da sua consignação ao Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social”, a almofada do sistema para cobrir as responsabilidades futuras com pensões, entre outras prestações sociais.

Em resposta aos jornalistas, António Costa defendeu que a instituição financeira pública não será um concorrente dos bancos, e que será um banco promocional para o desenvolvimento, com “a poupança de um grau de intermediação”, instando os bancos comerciais a promoverem agilmente os seus próprios produtos.

12 - Fundo para comprar dívida das PME

As novas medidas de apoio às empresas desenhadas pelo Governo, depois de uma maior aposta na concessão de liquidez, passam agora por “assegurar medidas de capitalização”, algo que o primeiro-ministro afirmou incluir a criação de um fundo público para adquirir dívida às Pequenas e Médias Empresas (PME) para depois colocar essa dívida no mercado de capitais, através da emissão de obrigações.

Além disso, haverá também um fundo de capitalização, ligado ao Banco de Fomento, entrar no capital de empresas que precisam desse apoio “durante o tempo que for

estritamente necessário”. Ou seja, a ideia é a de que a presença de capitais públicos deixe de ser uma realidade quando a empresa estiver “em condições de prosseguir a sua atividade”.

13 - Empresas com isenção de pagamentos por conta no IRC

O Governo anunciou um ajustamento das regras e formas de pagamento relativas ao pagamento por conta devido em 2020, prevendo, no Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), dois cenários consoante a quebra de faturação das empresas no primeiro semestre de 2020.

Assim, as empresas com quebra de faturação superior a 20% no primeiro semestre de 2020, a limitação do pagamento irá até 50%, enquanto aquelas com quebras de faturação superior a 40% nesse período, bem como os negócios de alojamento e restauração, beneficiarão de uma isenção desse pagamento até 100%.

14 - Governo dá 2000 milhões em garantias aos seguros de crédito

O primeiro-ministro, António Costa, reconheceu na última quinta-feira que as empresas exportadoras que mantiveram a sua atividade, mas que viram as seguradoras cortarem seguros de crédito precisam de ajuda e que “o reforço da capacidade de concessão de garantias é da maior importância”. Por isso, o Plano de Estabilização Económica e Social inclui a criação de uma linha de 2000 milhões em garantias estatais sobre seguros à exportação.

“Muitas exportadoras têm estado expostas a constrangimentos”, admitiu o governante, aludindo assim aos cortes nas apólices que as seguradoras fizeram, com base numa análise pessimista assente num maior grau de risco associada à crise económica que estalou com a pandemia. Milhares de empresas sentiram esse corte, em muitos casos com a ameaça de estrangular exportações ou ficando isoladas perante o risco de continuar a trabalhar e a satisfazer encomendas.

Fonte: **Público**



OPINIÃO

QUAIS OS ESTÍMULOS ECONÓMICOS QUE FUNCIONAM?

JOSEPH E. STIGLITZ

HAMID RASHID

Durante o choque inicial da COVID-19, era compreensível que os governos e os bancos centrais respondessem com injeções maciças de liquidez. Mas agora os decisores políticos precisam dar um passo atrás e ponderar quais as formas de estímulo que são realmente necessárias e quais as que correm o risco de fazer mais mal do que bem.

NOVA IORQUE - Os governos de todo o mundo estão a responder vigorosamente à crise da COVID-19 com uma resposta fiscal e monetária combinada que já atingiu 10% do PIB global. No entanto, de acordo com a mais recente avaliação global do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, essas medidas de estímulo podem não aumentar tanto o consumo e o investimento quanto os legisladores esperam.

O problema é que uma parcela significativa do dinheiro está a ser canalizada diretamente para os amortecedores de capital, levando a um aumento nos saldos de precaução. A situação é semelhante à "armadilha da liquidez" que tanto preocupou John Maynard Keynes durante a Grande Depressão.

As medidas de estímulo de hoje foram compreensivelmente implementadas à pressa - quase em pânico - para conter as consequências económicas da pandemia. E, embora esta abordagem de boca de incêndio não fosse direcionada nem assertiva, muitos comentadores argumentam que, no momento, era a única opção. Sem uma injeção maciça de liquidez de emergência, provavelmente ocorreriam falências generalizadas, perdas de capital organizacional e um caminho ainda mais íngreme para a recuperação. Mas agora está claro que, tal como foi inicialmente assumido quando as medidas de emergência foram adotadas, a pandemia durará muito mais que algumas semanas. Isto

significa que todos os programas precisam ser avaliados com mais cuidado, tendo em conta o longo prazo. Durante períodos de profunda incerteza, as economias de contenção geralmente aumentam à medida que famílias e empresas retêm o dinheiro com receio do que possa vir a acontecer.

A crise atual não é exceção. Muito do dinheiro que famílias e empresas recebem na forma de cheques de estímulo provavelmente ficará parado em suas contas bancárias, devido às preocupações com o futuro e a uma redução mais ampla nas oportunidades de gastos. Ao mesmo tempo, os bancos provavelmente terão de ficar com o excesso de liquidez, por falta de tomadores de crédito que desejam conceder novos empréstimos. Não é de surpreender que o excesso de reservas mantidas nas instituições depositárias dos EUA quase duplicasse entre fevereiro e abril, de US \$ 1,5 trilhão para US \$ 2,9 trilhões. Por comparação, o excesso de reservas mantidas nos bancos durante a Grande Recessão atingiu apenas US \$ 1 trilhão. Este aumento maciço nas reservas bancárias sugere que as políticas de estímulo implementadas até agora tiveram um baixo efeito multiplicador. Claramente, apenas o crédito bancário não nos levará a sair do impasse econômico atual.

Para piorar a situação, o excesso de liquidez de hoje pode acarretar um alto custo social. Além dos receios habituais sobre dívida e inflação, também há boas razões para se preocupar que o excesso de caixa nos bancos seja canalizado para a especulação financeira. Os mercados de ações já estão com dinâmicas agitadas, e essa volatilidade pode, por sua vez, perpetuar o clima de aumento da incerteza, levando a um comportamento ainda mais preventivo e desencorajando o consumo e o investimento necessário para impulsionar a recuperação.

Neste caso, enfrentaremos numa armadilha de liquidez e num dilema de liquidez: aumentos maciços na oferta de dinheiro e apenas usos limitados por famílias e empresas. Medidas de estímulo bem projetadas podem ajudar quando a COVID-19 for controlada. Mas enquanto a pandemia ainda estiver violenta, não haverá retorno à normalidade.

A chave para agora, então, é reduzir o risco e aumentar os incentivos para gastar. Enquanto as empresas estiverem preocupadas com o fato de a economia permanecer fraca nos próximos seis meses ou um ano, adiarão o investimento, adiando assim a

recuperação. Só o estado pode quebrar este círculo vicioso. Os governos devem-se comprometer a garantir a cobertura dos riscos atuais, disponibilizando compensações para as empresas no caso de a economia não se recuperar num determinado período. Já existe um modelo para fazer isso: os “títulos Arrow-Debreu” (assim nomeados para os economistas premiados com o Nobel Kenneth Arrow e Gérard Debreu) que se tornam pagáveis sob certas condições predeterminadas. Por exemplo, o governo poderia garantir que, se uma família comprasse um carro hoje, e a curva epidémica permanecesse num determinado ponto daqui a seis meses, os pagamentos mensais seriam suspensos. Da mesma forma, empréstimos e hipotecas dependentes da obtenção de rendimentos podem ser usados para incentivar a compra de uma ampla gama de bens de consumo duráveis, incluindo habitações. Disposições semelhantes podem ser aplicadas a investimentos reais feitos por empresas.

Os governos também devem considerar emitir vales de gastos para estimular o consumo das famílias. Isto já está a acontecer na China, onde os governos locais de 50 cidades estão a emitir vales digitais que podem ser usados para comprar vários bens e serviços dentro de um determinado prazo. A data de vencimento torna-os potentes estimulantes do consumo e da procura agregada no curto prazo - quando são mais necessários.

Com a probabilidade de a pandemia durar muito mais tempo do que se supunha inicialmente, serão ainda necessários mais estímulos. Embora os Estados Unidos, por exemplo, já tenham gasto 3 trilhões em várias formas de assistência, - e, espera-se, medidas mais bem projetadas -, este dinheiro apenas prolongará a vida de muitas empresas por alguns meses, em vez de as salvar.

Uma abordagem que está a ser trabalhada em vários países é prestar assistência às empresas com a condição de que mantenham os seus trabalhadores, apoiando os salários e outros custos na proporção da diminuição da receita de uma empresa. Nos EUA, a representante Pramila Jayapal, uma congressista do estado de Washington, propôs legislação nesse sentido, assim como vários senadores.

Programas de estímulo mal projetados não são apenas ineficazes, mas potencialmente perigosos. Políticas erradas podem contribuir para a desigualdade, semear a

instabilidade e minar o apoio político ao governo exatamente quando este é necessário para impedir que a economia caia numa recessão prolongada. Felizmente, existem alternativas. Mas se os governos as vão adotar, é o que veremos.

Joseph E. Stiglitz, Prémio Nobel de Economia e professor universitário da Universidade de Columbia.

Hamid Rashid, chefe de monitorização económica global do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

Fonte: Project Syndicate

UM PLANETA, UM OCEANO: RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RICARDO SERRÃO SANTOS E AUGUSTO SANTOS SILVA

A emergência climática, a destruição da biodiversidade, as novas formas de poluição, a acidificação dos mares, o aumento de zonas desoxigenadas, são desafios globais que exigem soluções partilhadas.

Celebra-se hoje o Dia Mundial dos Oceanos. Por outro lado, assinala-se este ano o 25.º aniversário da Comissão Mundial Independente para os Oceanos (CMIO), iniciativa pioneira de governação multilateral do oceano para o século XXI, presidida por Mário Soares e coordenada por Mário Ruivo. E, se não fosse a covid-19, ter-se-ia realizado em Lisboa, por estes dias, a Segunda Conferência do Oceano das Nações Unidas, organizada por Portugal e o Quênia. A pandemia obrigou a adiá-la, mas não a cancelá-la. Realizar-se-á logo que seja possível. Entretanto, têm lugar iniciativas e eventos digitais, que mantêm vivo um dos grandes objetivos da Agenda do Desenvolvimento Sustentável, que é ter oceanos saudáveis e produtivos.

No quarto de século que decorreu desde a fundação da CMIO, muito mudou na relação de Portugal com o mar. O facto mais notório foi a apresentação do projeto de extensão da plataforma continental, cuja avaliação está em curso. A extensão conduzirá a um considerável alargamento dos espaços marítimos sob jurisdição nacional e, portanto, a

acrescidas responsabilidades nas questões ligadas à conservação, defesa e governação do oceano.

Outros processos marcaram a evolução portuguesa neste período. No plano interno, as mudanças institucionais que clarificaram e qualificaram competências políticas e administrativas; a atenção à economia azul e o estabelecimento de clusters do mar; o lançamento do Perfil Nacional em Ciências do Mar e a expansão do sistema de investigação e desenvolvimento; a integração nas políticas públicas da dimensão de conservação do espaço marinho; o investimento em literacia oceânica, com o programa Escola Azul. No plano externo, o acolhimento da sede de organizações como o EurOcean ou a Agência Europeia da Segurança Marítima; e, sobretudo, o posicionamento como um país-líder da agenda mundial dos oceanos, o que levou a que fôssemos um dos cofacilitadores da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano e sejamos coorganizadores da Segunda.

Muito mudou, também, na abordagem global desta temática. E dois aspetos sobressaem. Um é a elaboração de novos tratados na governação internacional, como a convenção sobre biodiversidade marinha para além das jurisdições nacionais, de que Portugal é um dos principais impulsionadores. O outro aspeto é o papel central da investigação científica e da consciência ambiental.

A emergência climática, a destruição da biodiversidade, as novas formas de poluição, a acidificação dos mares, o aumento de zonas desoxigenadas são desafios globais que exigem soluções partilhadas. Só a abordagem multilateral permitirá preservar o património comum que é o oceano; e só a cooperação internacional permitirá apoiar os pequenos países insulares e os Estados costeiros mais frágeis e vulneráveis face às ameaças ambientais. A chave está, pois, em reconhecer que esta é uma tarefa coletiva, porque o mar atravessa fronteiras, e requer o empenhamento de todos. É a conclusão lógica dos trabalhos de entidades como a CMIO ou a Comissão Oceanográfica Intergovernamental; e é o que mostram os programas internacionais que já lograram progressos em pontos tão críticos como o incremento das áreas marinhas protegidas, a melhoria das tendências populacionais de algumas espécies marinhas, como os cetáceos, a diminuição dos derrames de crude no mar, a melhoria da qualidade das águas costeiras e a redução de poluentes orgânicos persistentes. Quando

compreendemos que temos de cooperar para assegurar uma governação global, equilibrada e baseada no conhecimento, conseguimos progressos concretos.

É cada vez mais necessário basear as decisões no conhecimento. E isso significa combater a desinformação e as falsas notícias, assim como denunciar a chamada pós-verdade. A mentira e a ignorância destroem o nosso modo de vida, precisamos de mais ciência.

Em Portugal, o investimento forte na ciência e na melhoria do conhecimento dos fundos oceânicos permitiu avançar com uma proposta de extensão da plataforma continental jurídica e cientificamente sustentada. Foram também as provas científicas sobre a ameaça das alterações climáticas que nortearam a escolha política de rumar à neutralidade carbónica, até 2050.

No quadro internacional, a ciência oceânica tem revelado a complexa teia de relações existentes entre a atmosfera, o oceano e o clima, indicando potenciais soluções para alguns dos problemas mais prementes que enfrentamos. Por exemplo, o restauro de ecossistemas marinhos e costeiros, como as pradarias marinhas, os sapais e os mangais, contribui para vários fins: para o combate às alterações climáticas, fixando carbono; para a proteção da biodiversidade e de espécies ameaçadas, dependentes desses habitats; para a resiliência de recursos pesqueiros, porque eles funcionam como berçários para espécies com valor comercial; e para gerar modelos de negócio inovadores, alicerçados em tecnologias de ponta e focados na sustentabilidade, criando, assim, uma nova era de economia azul sustentável. O uso de energias renováveis, em conjugação com tecnologias de dessalinização, mitiga o drama da falta de água potável, que, num contexto de aquecimento global, afetará muitas comunidades a médio prazo. E, não menos importante, o melhor conhecimento disponível demonstra, também, quão urgente é realizar reformas na agricultura, nas florestas, nas cidades, nos transportes, na habitação, na gestão dos plásticos e na energia que utilizamos na vida urbana, pois muitas das ameaças e riscos para o oceano são produzidas a montante.

Foi a consciência deste complexo de inter-relações e da necessidade de compreendê-las bem que levou ao lançamento da Década das Nações Unidas da Ciência do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável, 2021-2030. E traduz-se no lema escolhido para este Dia Mundial dos Oceanos: “Inovação para um Oceano Sustentável.” A inovação

não é apenas um elo entre o conhecimento científico, o crescimento económico e a geração de emprego. É um ingrediente essencial da transformação social em curso. Inovação e sustentabilidade, conhecimento e governação. O pleno aproveitamento da enorme riqueza representada pelo oceano implica conhecê-lo, através da investigação. Implica cuidar dele, como património comum e bem público essencial da humanidade, combatendo a poluição, restaurando os ecossistemas, preservando a biodiversidade. Implica aproveitar os recursos de forma sustentável, olhando para o médio e o longo prazo, impedindo a sobre-exploração que os destrói. Implica inovar, fazendo assentar a economia azul em modelos de negócio amigos do ambiente. Implica pôr em prática modelos cooperativos de governação, envolvendo Estados e organizações internacionais, que promovam a segurança e livre circulação dos mares e o acesso equitativo aos recursos e oportunidades.

O Dia Mundial dos Oceanos convida-nos a pensar coletivamente em todos estes desafios; e interpela-nos a agir coletivamente para vencê-los.

Ricardo Serrão Santos, Ministro do Mar

Augusto Santos Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros

Fonte: **Público**

